

# ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS E RETÓRICA COLONIAL NA NARRATIVA JORNALÍSTICA DO CONFLITO ENTRE QUILOMBOLAS E CLA

## DISCURSIVE STRATEGY AND COLONIAL RHETORIC IN THE JOURNALISTIC NARRATIVE OF THE CONFLICT BETWEEN QUILOMBOLAS AND CLA

Claudemir Sousa 1

**Resumo:** Este artigo analisa uma série enunciativa montada a partir de matérias do jornal “O Estado do Maranhão” que tratam do conflito entre os quilombolas de Alcântara (MA) e o Centro de Lançamento de foguetes implantado nesse município nos anos de 1980. O objetivo é analisar as principais estratégias discursivas (FOUCAULT, 2002; 2008; 2009) utilizadas na cobertura desse conflito territorial e como tais mecanismos estão a serviço da retórica da colonialidade (MIGNOLO, 2017), que implica uma narrativa de modernização e hierarquização. Para realizar essa discussão, busca-se suporte nos Estudos Discursivos Foucaultianos, nas teorizações de Mignolo (2017) acerca da colonialidade e em estudos antropológicos (ALMEIDA, 2006; 2008a; 2008b; SOUZA FILHO e PAULA ANDRADE, 2020) sobre Alcântara. Conclui-se que são empregadas quatro principais estratégias para tratar desse conflito, concebendo esses sujeitos como um problema ao desenvolvimento do país, devendo se retirar da área a ser modernizada.

**Palavras-chave:** Discurso. Estratégias. Mídia Impressa. Quilombolas.

**Abstract:** This article analyzes an enunciative series constructed with articles from the newspaper “O Estado do Maranhão” that talk about the conflict between the quilombolas from Alcântara (MA) and the rocket launch center implanted in that city, in the 1980s. The objective is to analyze the main discursive strategies (FOUCAULT, 2002; 2008; 2009) used to talk about this territorial conflict and how these mechanisms are connected to the rhetoric of coloniality (MIGNOLO, 2017), which implies a narrative of modernization and hierarchy. To make this discussion, we mobilize Foucault’s Discursive Studies, Mignolo’s (2017) theorizations about coloniality and anthropological studies (ALMEIDA, 2006; 2008a; 2008b; SOUZA FILHO; PAULA ANDRADE, 2020) about Alcântara. It is concluded that there are four main strategies used to talk about this conflict, conceiving these subjects as a problem for the development of the country, and that is why they should withdraw from the area that will be modernized.

**Keywords:** Discourse. Strategies. Print; Quilombolas.

## Introdução

VANTAGENS - Em termos comparativos, o Centro Espacial de Alcântara possui características únicas como a localização privilegiada dos sítios disponíveis, a aproximadamente 2º18' a sul do equador; proximidade do mar, o que possibilita lançamentos em órbitas polares e equatoriais; baixa densidade demográfica; ausência de incidência de terremotos e furacões; baixa densidade de tráfego aéreo; e localidade ideal para lançamentos sob demanda (responsive launches), entre outras (O ESTADO DO MARANHÃO, 16 de julho de 2020, *online*).

Desde os anos de 1980, o Jornal O Estado do Maranhão publica matérias acerca do Centro Espacial de Alcântara (CEA). Ao estudar um conjunto de enunciados veiculados na forma impressa desse jornal nos últimos 40 anos, verificamos que um conjunto de “vantagens” é elencado para justificar a implantação e expansão tanto do CEA, de caráter civil, como do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), que, para as populações que habitam esse território, são desvantagens, na medida em que os expropria do espaço étnico no qual realizam suas atividades de subsistência.

As características geográficas que levaram, em 1978, à escolha de Alcântara para sediar um centro espacial são: sua localização a dois graus abaixo da Linha do Equador, existência de região marinha ao redor, incoerência de abalos sísmicos e perturbações atmosféricas e uma suposta baixa densidade demográfica (atualizada para “de tráfego aéreo”), concepção que despersonaliza e invisibiliza os sujeitos que habitam tais áreas.

Nessa narrativa jornalística, há uma luta discursiva, polêmica e estratégica (FOUCAULT, 2002), que serve à lógica da colonialidade e à retórica da modernidade, baseadas no discurso do progresso e da novidade, pois, segundo Mignolo (2017), a natureza é um elemento da matriz colonial do poder e que emerge no debate entre modernidade/colonialidade. A geosfera é o alvo da disputa entre a sobrevivência dos povos tradicionais em harmonia com o meio ambiente e os interesses mercantis da corrida espacial, que necessita dos elementos terrestres para sua consecução.

Salientar esses fatores geográficos corresponde a apenas uma parcela das estratégias discursivas (FOUCAULT, 2002; 2008; 2009) empregadas no jornal O Estado do Maranhão para tratar desse conflito entre quilombolas e o CLA. Nossas pesquisas apontam que existem quatro estratégias temáticas empregadas, que são: a) vantagens da implantação do CLA; b) remanejamento dos quilombolas das suas terras; c) restauração do patrimônio arquitetônico de Alcântara; d) prejuízos financeiros com a não implantação/ampliação do CLA. Esses temas são transversais aos enunciados, ainda que seja como enunciação interdita, em um espaço preenchido por outros.

Dessa forma, este artigo objetiva analisar as principais estratégias discursivas (FOUCAULT, 2002; 2008; 2009) utilizadas na cobertura desse conflito territorial e como tais mecanismos discursivos servem à lógica da colonialidade (MIGNOLO, 2017) e à retórica de modernização, progresso, novidade e salvação, que hierarquiza os sujeitos e suas práticas. O aparelho midiático é uma empresa a serviço da consolidação dessa lógica, na medida em que os representantes da grande mídia impressa brasileira atuaram como apoiadores ou defensores dos governos e participaram de movimentos que mudaram os rumos da história nacional no decorrer dos séculos XX e XXI (CAPELATO, 2014), participando como agentes, interferindo em articulações políticas e interpretando acontecimentos. Por essa razão, os jornais da grande imprensa são uma importante fonte e objeto de estudos da história do tempo presente.

Para realizar essa análise, ancoramo-nos nos Estudos Discursivos Foucaultianos, sobretudo nas teorizações sobre o discurso (FOUCAULT, 2002; 2008; 2009); nas discussões de Mignolo (2017) acerca da colonialidade como a face mais obscura da modernidade; e em estudos antropológicos (ALMEIDA, 2006; 2008a; 2008b; SOUZA FILHO; PAULA ANDRADE, 2020) sobre Alcântara, situando a emergência dos territórios quilombolas, das disputas com o CLA e a judi-

cialização dessas lutas, infindas.

Essa análise será feita com base nos princípios foucaultianos da dispersão, da regularidade e dos domínios de memória (FOUCAULT, 2008), que nos possibilitam agrupar os enunciados pertencentes a um arquivo maior para analisá-los com base nas relações que mantêm e na historicidade que lhes é própria. Assim, analisaremos apenas quatro (4) enunciados, que fazem parte de um domínio maior, mas representam os discursos construídos em torno desse objeto. Tais enunciados foram utilizados na tese que escrevemos, compondo a segunda série enunciativa (FOUCAULT, 2008), de um total de três, na qual utilizamos 30 matérias do referido jornal sobre o conflito em pauta e outros 60 sobre outros aspectos da questão quilombola, em igual quantidade em cada série.

Feitas tais considerações, explicaremos como este trabalho está organizado: nas duas primeiras seções que seguem, discutimos a fundamentação teórica que dá sustentação a este trabalho. Em seguida, analisamos os enunciados jornalísticos que constituem o *corpus* desta pesquisa. Por fim, apresentamos as considerações finais.

### Discurso e estratégias nos Estudos Discursivos Foucaultianos

O termo “análise do discurso” (AD) é utilizado para abarcar uma miscelânea de abordagens teóricas, de autores de diferentes nacionalidades, constituindo-se em termo guarda-chuva (FERREIRA, 2007). Costuma-se falar em AD de linha francesa, AD russa e AD inglesa. Atualmente, essa distinção é institucionalizada nos Grupos de Trabalho (GT) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), dentre os quais existe um GT Estudos Discursivos Foucaultianos, composto por professores de diferentes universidades brasileira que, há mais de 20 anos, mobilizam as teorizações de Michel Foucault no campo da linguagem.

Visto que essa disciplina possui uma historicidade, referente aos autores, teorias, conceitos e métodos, que já foi largamente discutida em diversas referências bibliográficas, como Gregolin (2004), Maldidier (1997) e Orlandi (2002), nosso foco, aqui, será nos estudos de Foucault, sobretudo nas suas conceituações do discurso, de modo a auxiliar nas análises que empreenderemos.

Discurso é um conceito básico nas diversas teorias do discurso, apresentando diferentes configurações em seus formuladores. Em Foucault (2008, p. 132), consiste em “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva”. O discurso se materializa em práticas enunciativas, que formam os objetos de que se fala, as posições possíveis aos sujeitos implicados nesses dizeres, os conceitos que são elaborados e as escolhas estratégicas ou temas, que irão constituir as regras de formação que permitem delimitar uma formação discursiva (FD).

Os discursos também revelam as lutas sociais pelo controle do dizer, pela elaboração de saberes e pela formulação das verdades. Por isso, constituem fatos linguístico, ao mesmo tempo em que são polêmicos e estratégicos, pois possibilitam embates ou jogos, lutas e dominações e determinam posições para os sujeitos (FOUCAULT, 2002). Assim, discurso implica estratégias, saber e poder.

O conceito de estratégia aparece nos textos de Foucault com pelo menos três sentidos. Primeiro, como uma forma polêmica de jogo discursivo, de ação e reação (FOUCAULT, 2002). Em segundo lugar, como uma das quatro regras de formação no conjunto das quais se exerce a função enunciativa (formação das estratégias), constituindo-se em temas ou teorias formadas pelo agrupamento de objetos e tipos de enunciados (idem, 2008). Já a terceira acepção tem a ver com o conceito de poder, o seu modo de exercício, que constitui um modo de ação de alguns sobre outros (FOUCAULT, 2009).

Desse modo, estamos compreendendo aqui estratégia discursiva como a utilização de técnicas de sistemas de signo e técnicas de poder, pois objetivam a significação como forma de agir sobre a conduta do outro, e também de técnicas de si, já que é por essas técnicas que se age sobre si mesmo, sob a ação do outro (FOUCAULT, 2004).

Em nossas análises, investigamos como o sujeito que enuncia no jornal utiliza técnicas

de significação, que são os enunciados jornalísticos, e técnicas de poder para dominar os sujeitos com os quais se relaciona (o quilombola, o leitor, a sociedade mais ampla). Pelo agenciamento de signos, realiza-se diversos procedimentos discursivos, como explicar e replicar argumentos para agir sobre o outro. Esse uso estratégico serve à retórica da colonialidade (MIGNOLO, 2017), visto que consolida formas de submissão.

Assim, o discurso, como estratégia, é uma arma no campo de batalha que são as relações entre parceiros (FOUCAULT, 2002), em uma luta na qual o que está em jogo é o privilégio de produzir sentidos, já que o discurso obedece a uma lei de raridade (idem, 2008), segundo a qual nem tudo pode ser dito, e o controle dos bens sociais é primazia de poucos.

## **A emergência do território quilombola de Alcântara e da disputa com o CLA**

Alcântara faz parte da região metropolitana de São Luís, capital do Maranhão, da qual fica distante 30 km, divididos pelo Golfão Maranhense. Possui uma população de 21.652 habitantes, numa área de 1.457,96 km<sup>2</sup>. No passado, era habitada por indígenas Tupinambás e chamava-se *Tapuitapera*. No século XVII, foi ocupada por Franceses e, posteriormente, por portugueses, que expulsaram aqueles. Em 1648, foi elevada à condição de vila de Santo Antônio de Alcântara, sede da Capitania de Cumã.

No século XVII, ocorre a fixação de colonos portugueses e escravizados africanos no litoral maranhense (ARAÚJO, 2015), que inclui Alcântara, para fazer funcionar as atividades produtivas que deram sustentação à colonização europeia. É nesse processo que se forma o território quilombola de Alcântara, marcado por alguns acontecimentos e descontinuidades (FOUCAULT, 2008), tais como: a “abolição da escravatura indígena”, em 1755, a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão<sup>1</sup>, a tomada das fazendas da Companhia de Jesus, pelo Marquês de Pombal, em 1759, a desagregação das fazendas de algodão, a partir do final do século XVIII, a “abolição da escravatura pela Lei Áurea”, em 1888, a implantação da base de Alcântara, a partir de 1980, e a Constituição de 1988, com o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) (ALMEIDA, 2006), garantindo posse das terras aos quilombolas.

Com a ascensão de Pombal ao poder, em 1759, as capitanias hereditárias foram desarticuladas, terras das ordens religiosas confiscadas e os jesuítas expulsos. Com a ampliação dos estabelecimentos agrícolas, Alcântara viveu um rápido apogeu e, também, um abrupto declínio dos estabelecimentos agrícolas de cultivo do algodão, a partir da extinção da Companhia Geral. Essa desagregação das lavouras em Alcântara também se deve à sua não industrialização, processo ocorrido nas lavouras de cana-de-açúcar do Nordeste e nas plantações de algodão dos Estados Unidos, após a guerra de independência (1775-1783); à forma de uso do solo, com queimadas das matas para plantio de algodão e cana-de-açúcar durante longos anos; e à alta dos preços propiciada pela expansão da indústria têxtil britânica e pela independência das colônias inglesas.

Além do confisco dos bens das ordens religiosas ou sua transferência ao Estado, a partir de 1759 (caso dos jesuítas) e de 1891 (caso dos Carmelitas), houve fugas dos donos dos empreendimentos agrícolas e o desmoronamento ou destruição das benfeitorias (ALMEIDA, 2006). A partir de 1778, com a morte do Rei D. José I e demissão do Marques de Pombal, ocorridas em 1777, e a extinção da Companhia Geral de Comércio, começa a ocorrer a derrocada final das fazendas de algodão, completada em 1819, com a queda dos preços desse produto no mercado internacional, agravando-se com os débitos contraídos pelos proprietários rurais junto a comerciantes na compra de escravizados.

Com o confisco das terras e propriedades das ordens religiosas, as suas fazendas, não sendo facilmente vendidas, deram origem a povoados ou foram apossadas por proprietários de engenhos, que, em seguida, faliram. Foram sucessivos empreendimentos erguidos sobre uma mesma fazenda, acumulando insucessos na produção de algodão e madeira, no final do

<sup>1</sup> O Maranhão adquiriu essa denominação em 1621. Em 1654 foi renomeado de Maranhão e Grão-Pará e, em 1751, de Grão-Pará e Maranhão. Em 1772, os estados do Maranhão e Pará se dividiram.

século XVIII, e de açúcar bruto, no final do século XIX.

Para justificar essa falência, os administradores atribuíram-na à escassez de braços, sua inoperância ou baixa qualidade (ALMEIDA, 2008a), visto que, nesse contexto, o tráfico de escravizados foi proibido, alguns exportados para as províncias do centro-sul, para trabalhar nas lavouras de café e a imigração europeia era estimulada.

Algumas terras pretendidas como devolutas e que incidem nas áreas de quilombolas atualmente são registradas como sesmarias nos anos 1777/1787. De acordo com Almeida (2006), há referências à existência de “mocambo”, “enseada grande do lago dos fugidos”, “lago do mocambo” e “mocambo dos negros fugidos”, que fazem crer que as sesmarias foram concedidas em territórios já ocupados por quilombos.

Algumas legislações agrárias foram adotadas de modo a evitar que escravizados e alforriados tivessem acesso livre e direto à terra, como a Resolução do Reino nº 76, de 1822, ordenando suspensão dos atos de concessão de sesmarias; a Lei de Terras de 1848 (Lei Geral nº 514 de 28 de outubro de 1848), que concedia a cada província do Império seis léguas em quadras de terras devolutas para a colonização, sem que houvesse possibilidade de ocupação por escravizados, devendo ser ocupada em até 5 anos; a Lei de Terras nº 601, de 18 de setembro de 1850, reestruturando formalmente o domínio das terras, caracterizando a posse de terras devolutas pelo Reino; o Decreto nº 451B, de 31 de maio de 1890, que estabeleceu novos critérios de registro e transmissão de imóveis; e o Art. 64 da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, que destinou as terras devolutas à administração dos governos estaduais.

Ao longo do século XX, diversos governos falaram em realizar reforma agrária, como Getúlio Vargas (ARAUJO, 2015), procedimento que esbarrou nas relações de grandes proprietários agrícolas com políticos, fenômeno ainda em voga no Brasil. Após entrevistar os quilombolas de Alcântara, Almeida (2006) constatou que as terras das antigas fazendas das ordens religiosas, ocupadas por ex-escravizados e quilombolas, são denominadas, atualmente, pelos que nelas vivem e pelos circundantes, como “terras de santo”, “terra santista”, “terras da santa”, “terras de santíssimo” e “terras de santíssima”, coexistindo com as denominações “terras de preto”, “terras de caboclo”, “terra de herança”, “terra de parentes” etc., denominações que apontam para a forma de acesso a elas: doações por ordens religiosas, herança de um suposto senhor benevolente que, na verdade, a abandonou por ter falido etc. (ALMEIDA, 2008b).

São essas terras que constituem o território étnico ocupado pelos quilombolas, que reivindicam sua posse, em face da expansão do CLA. Essas terras, não podendo mais produzir riquezas para manter o sistema colonial, são doadas ou ocupadas por quilombolas, que passam a produzir para a sua subsistência e, mais tarde, alvejadas por projetos de desenvolvimento que atualizam a lógica da colonialidade (MIGNOLO, 2017).

Apesar das diferentes trajetórias de constituição dessas terras, todas são caracterizadas pelo uso comum dos recursos naturais. Almeida (2006) registra que, entre 1975 e 1976, houve a tentativa pelo governo estadual do Maranhão de estabelecer uma política de colonização em Alcântara, com o desmembramento das terras e considerá-las como devolutas. Já entre 1978 e 1979, houve tentativa de grilagem de terras quilombolas. Na ocasião, os moradores dos povoados destruíram as cercas ilegalmente construídas.

Em 1978, período de ditadura militar no Brasil, Alcântara foi escolhida pelo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), ligado ao Ministério da Aeronáutica (MAER), hoje Comando da Aeronáutica (COMAER), para sediar a base de lançamento de foguetes, com previsão para operar em 1989. Após isso, é determinada, a retirada dos habitantes dos seus territórios, alegando utilidade pública para fins científico, tecnológico e militar, pelo Decreto nº 7820, de 12 de setembro de 1980, do governador João Castelo.

Os discursos acerca dessa cidade, produzidos pelo jornal O Estado do Maranhão, passaram a tratar de seu passado histórico, que a fez ser considerada como Patrimônio Histórico Nacional, em 1948, da luta das comunidades quilombolas por direito territorial e pela autodeterminação étnico-racial e da sua modernização, trazida pela base espacial.

Esse fato será tratado por nós nas análises que seguem. Antes, um esclarecimento deve ser feito. A atual denominação desses territórios como “comunidades quilombolas” se baseia no texto da Constituição Federal de 1988 e nas legislações que disciplinam o processo de regu-

larização de tais áreas. Ao longo da história, foram empregadas outras denominações e com diferentes significados. No Período Colonial (1530-1822), os quilombos e mocambos designavam grupos formados por escravizados fugidos cujo número era de cinco (5) pessoas, denominados de quilombolas, calhambolas e mocambeiros. No Período Imperial (1822-1889), esse número foi reduzido para dois (2).

O termo mocambo foi o primeiro a ser utilizado no Brasil e designava, na África Central, o suporte utilizado na construção de acampamentos. Depois, utilizou-se o termo quilombo, que, no século XVII, denominava os rituais dos guerreiros *imbangalas*, na África Central (GOMES, 2015). Ambos os termos foram empregados pela administração portuguesa para denominar os sujeitos escravizados que não se submetiam à escravização. Assim, nos enunciados do jornal, as denominações dos territórios e das populações que as habitam varia ao longo do tempo: “povoado”, “interior”, “quilombos” para o lugar, e “trabalhadores rurais”, “posseiros”, “rurícolas” e “quilombolas”, para as pessoas.

Registre-se, também, que, além de formações em áreas rurais, existem os quilombos urbanos e suburbanos, mais próximos às cidades. A fuga foi a mais típica forma de constituições de quilombos, mas não a única. O primeiro registro de um mocambo no Brasil, é de 1575, na Bahia. Com o fim do regime escravista, comunidades quilombolas se estabeleceram por outros processos, como doação ou abandono de terras por fazendeiros falidos, ocupação de terras devolutas do Estado e também pertencentes à Igreja Católica. Além disso, algumas pessoas nasceram em quilombos, perpetuando gerações que não passaram a residir nessas comunidades após fugas.

Finalmente, a existência de grandes quantidades dessas comunidades no Brasil se explica também porque dos 15 milhões de escravizados trazidos para as Américas, 40% vieram ao Brasil (REIS e GOMES, 2012), o último a abolir esse regime nas Américas.

### **“Das ruínas à modernização”: estratégias discursivas e retórica colonial na cobertura midiática do conflito entre quilombolas e CLA**

O primeiro enunciado que analisamos coloca em visibilidade a implantação do CLA, no dia 21 de novembro de 1982. Nele, o jornal O Estado do Maranhão alinha-se àqueles que desejam o desenvolvimento científico e tecnológico, apagando a presença dos quilombolas no espaço que passaria a ser alvo de disputas territoriais por décadas.

**Figura 1.** Alcântara e a tecnologia brasileira.



**Fonte:** O Estado do Maranhão, 21 de novembro de 1982, nº 4113, p. 7

O anúncio da construção do centro espacial em Alcântara ocorreu em uma palestra do Coronel Armando Monteiro, diretor executivo do Grupo de Implantação do Centro Espacial de Alcântara (GICEA), o qual é autorizado a enunciar e explicou para um grupo de economistas, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), as razões da escolha do município como sede da base, em um contexto em que o Brasil tinha como *slogan* “missão espacial completa”, que traduzia o primeiro programa espacial do país, iniciado nos anos 1970, e incluía a implantação do CEA, depois transformado em CLA, pelo Decreto nº 88.136, de 1 de março de 1983, conduzida pelo Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Aeronáutico (DEPED), por intermédio do GICEA.

As referidas razões para escolha da sede do CLA são vistas, nesse espaço discursivo, como vantagens e são intensamente citadas em outros enunciados, como um jogo polêmico e estratégico (FOUCAULT, 2002; 2009) para justificar a necessidade de implantação e expansão da base, quais sejam: proximidade com a Linha do Equador, que daria uma economia de combustível de até 25%; delimitação com o mar ao norte, permitindo lançamentos na órbita polar inabitada; clima com regime de chuvas bem definido; entretenimento e cultura; escolas; infraestrutura básica e apoio logístico.

Ao elencar essas características como forma de defender a implantação e a posterior ampliação do CLA, o sujeito que enuncia nesse jornal, ou o grupo familiar-político-empresarial que por ele responde, contribui para a produção de um conjunto de saberes que descredibilizam os direitos das populações quilombolas ao território habitado. A base espacial emerge como signo do desenvolvimento do país no campo da ciência e da tecnologia, desconsiderando-se os impactos desse projeto para os sujeitos quilombolas que habitam a região escolhida para sediar o CLA, pois a colonialidade, como face obscura da modernidade, (MIGNOLO, 2017), hierarquiza as sociedades, concebendo os quilombolas como isolados e atrasados.

Para Mignolo (2017), a colonialidade (não restrito ao Período Colonial) é uma matriz de poder que está a serviço do neoliberalismo capitalista dos tempos atuais. Constitui o lado mais escuro da modernidade, esta, uma narrativa complexa cuja retórica oculta práticas econômicas que dispensam vidas humanas, justifica o racismo e inferioriza culturas. Essa retórica se baseia na promessa de novidade, salvação e progresso.

Assim, enquanto a existência de quilombolas nessa região é apagada no enunciado, o Coronel Monteiro é autorizado a enunciar no domínio midiático, dada a sua defesa do discurso de desenvolvimento. É dessa forma que o jornal se posiciona em favor da implantação da base, ao promover uma economia discursiva (FOUCAULT, 2008) que elege quem merece falar e quem deve ser interditado do direito de enunciar.

A implantação do CLA representaria o desenvolvimento por intermédio da ciência e da tecnologia, o que significaria não ser mais dependente de outro país e a saída da condição de país exportador de matéria-prima para esse setor. Os conceitos de independência, autonomia e soberania são mobilizados na fala de Monteiro, que opõe países desenvolvidos e subdesenvolvidos, dominadores de tecnologia e dominados. O Brasil, com ações do Ministério da Aeronáutica, estava promovendo atividades aeronáuticas e espaciais, com a criação do Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA) para formar “massas de cientistas”, de institutos de pesquisas, como o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD), e o Instituto de Engenharia Aeronáutica (IEA), da Empresa Brasileira de Serviços Aeroportuários (EMBRAER) e com pesquisas no campo espacial.

O Coronel Monteiro também é colocado em visibilidade nas duas imagens do enunciado, nas quais conversa sobre a implantação do CLA com os economistas interessados nesse projeto desenvolvimentista e com outras autoridades, na UFMA. Essas imagens, na sua aparente transparência, mostram-nos quem são os sujeitos autorizados e quais são excluídos da enunciabilidade e da visibilidade no aparelho de comunicação. Essa estratégia constrói uma história de desenvolvimento que apaga a existência dos quilombolas ou os concebe como um problema a ser resolvido. Dessa maneira, esse enunciado possui um efeito de raridade (FOUCAULT, 2008), pois se produz em um jogo entre quem pode e quem não pode enunciar e ser visto no domínio discursivo da mídia.

Nesse mesmo ano de 1982, foi firmado um Protocolo de Cooperação entre o Ministério

da Aeronáutica, o estado do Maranhão e o município de Alcântara, delegando ao Maranhão a responsabilidade pelo deslocamento das populações da área que sediaría o CLA, o que resultou nas tensões entre quilombolas e CLA, pois a presença desses sujeitos na região era um entrave para a consecução do projeto desenvolvimentista.

Esse aspecto foi apagado do enunciado anterior e só emerge em outro de abril de 1983, no qual o sujeito que enuncia no Jornal O Estado fala do remanejamento de 500 famílias como uma possibilidade.

Figura 2. Cerca de 500 famílias podem ser remanejadas em Alcântara.



Fonte: O Estado do Maranhão, 24 de abril de 1983, nº 4.121, p. 2

Nesse momento, o GICEA estava desenvolvendo estudos, com apoio do Estado, para implantar as agrovilas e remanejar as famílias que estavam na área desapropriada para a implantação do campo espacial. O então governador do Maranhão, Luiz Rocha (1983-1987), deu apoio ao projeto, firmando uma cooperação com o Ministério da Aeronáutica e a Prefeitura de Alcântara. A desapropriação das áreas ocorreu no governo de João Castelo (1979-1982) e ambos os governadores eram do partido Arena, na época da ditadura militar, alinhados aos objetivos de desenvolvimento das forças armadas.

As agrovilas estavam previstas para serem concluídas em 1984, mas, até aquele momento, não tinham sido definidos os locais para a sua implantação, pois deveriam ser feitos estudos para esse fim. Já haviam sido feitos o cadastramento das áreas e a pesquisa sócioeconômica, pela Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), órgão governamental que atuou na implantação de projetos de colonização, faltando a análise do solo, da posição geográfica, determinação das áreas a serem implantadas etc.

Para retirar as famílias de suas áreas, foi prometida indenização àquelas localizadas ao norte de Alcântara pelas benfeitorias realizadas nas terras que estavam ocupando, concessão de novos lotes e casas de alvenaria, além de assistência social, melhoria na infraestrutura, educação e instrução sobre técnicas agropecuárias, questão que não atendeu a todos e desencadeou conflitos que duram até hoje.

Assim, o remanejamento compulsório das populações quilombolas para as agrovilas é um processo de exclusão, pois elas funcionam como um lugar de inserção de sujeitos que não produzem lucros para o sistema capitalista, para que a área por eles habitada, em função de suas condições geográficas, dê retornos econômicos que, com a sua presença, não daria. Para a retórica colonial (MIGNOLO, 2017), esses sujeitos são desajustados social e economicamente

e ocupam um local onde podem produzir livremente, mas não geram lucros ao estado.

No enunciado, temos outra imagem de Monteiro reunido “com seus auxiliares”, negociando o remanejamento dos quilombolas. Esse conflito começa a ganhar terreno quando os quilombolas de Alcântara entregam um abaixo-assinado ao Ministério da Aeronáutica, tentando impedir a desapropriação das áreas em que vivem. Nele, além do direito à terra para trabalhar, esses sujeitos desejavam água, praia para pescar, lugar para pasto do gado e o título de propriedade definitiva das terras por eles ocupadas.

As 1.700 famílias a serem remanejadas se mostravam temerosas em relação à vida nas agrovilas, por terem tido conhecimento de situações semelhantes na Bahia e de que promessas por lá não foram cumpridas.

Em outro enunciado, a estratégia discursiva mobilizada para tratar desse conflito é a de pôr em jogo três situações vividas nesse município: a implantação do CLA, representando a modernidade; o seu impacto para as comunidades quilombolas, sempre relativizado; e a revitalização do patrimônio arquitetônico de Alcântara, símbolo do seu passado de opulência e colonização, que colocou em visibilidade edificações destinadas a produzir novas subjetividades no território de domínio português.

**Figura 3.** Alcântara, das ruínas à base espacial.



**Fonte:** O Estado do Maranhão, 18 de janeiro de 1987, nº 8875, p. 12

A restauração desse patrimônio é uma estratégia de modernização e atualização da retórica colonial (MIGNOLO, 2017), que, juntamente com a implantação da base, emerge como estratégia para minimizar o remanejamento das famílias quilombolas. Alcântara foi considerada por lei federal, em 1948, como Cidade Monumento Nacional, devido ao seu patrimônio arquitetônico, erigido para fazer funcionar o sistema colonial e que estava em ruínas em função da destruição do sistema no interior do qual emergiu, mas que seria modernizada com a implantação da base de lançamento de foguetes.

Esse processo de restauração foi realizado pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que se responsabilizou pela salvaguarda do patrimônio material de Alcântara. De acordo com Carvalho e Cutrim (2015), o patrimônio abrange questões ligadas à identidade. O homem, sabendo que a vida é marcada por mudanças, elege símbolos que caracterizam a sua identidade, como forma de legitimar a memória dos fatos marcantes. Assim, “esse movimento vai promover escolhas do que deve ser eleito como patrimônio e se faz em meio a um jogo de representações de elementos associados à elite. Os prédios tombados são os de famílias ricas, igrejas (bens religiosos), fortes (representativos do poder militar) etc.”

(CARVALHO; CUTRIM, 2015, p. 165).

A preservação do centro histórico do município pela SPHAN foi feita em parceria com a Aeronáutica, as forças armadas, o governo do estado e a prefeitura municipal. Nessa época, a base de lançamento foi considerada área de segurança e a população que vivia no entorno foi remanejada de forma nociva, já que teve que se adaptar a um espaço e a um modo de vida bem distinto do seu.

Na visão do Coronel Monteiro, que reconhece a existência de um conflito, a realocação da população seria para uma área melhor, conforme as exigências dos quilombolas e com acompanhamento de uma equipe formada por engenheiros, arquitetos, assistentes sociais e psicólogos. Esse enunciado traz a fala de alguns moradores das comunidades quilombolas de Alcântara. Uma dessas pessoas é um morador da comunidade Peru, identificado como Ribeiro da Silva, de 45 anos, que expressa incerteza sobre o futuro nas agrovilas diante do inevitável deslocamento, pois o impacto do deslocamento é sobre a própria identificação desses sujeitos com o território.

O enunciado do jornal apresenta um conjunto de imagens das comunidades quilombolas e dos prédios históricos de Alcântara que seriam restaurados de maneira desigual. Na primeira imagem, uma moradora caminha pelas ruas de umas das comunidades quilombolas que seriam desapropriadas, não identificadas, e a legenda diz que a maioria dos moradores se queixam por deixar as terras férteis ocupadas há anos para outras piores, como se estivessem lendo uma ironia, afinal, quem denuncia está ao lado do grupo que considera que esse processo de remanejamento será melhor para todos. Na outra imagem, de um prédio em ruínas, a legenda é “ruínas do passado, foguetes do futuro”, expressando o ideal de modernização vigente nessa época. Em outra, vemos os quilombolas sentados em frente a uma casa, “esperando a vez de serem removidos”, como se se tratasse de um benefício que esses sujeitos estivessem recebendo. Já na última, vemos as instalações da base já prontas, com a legenda explicando que seria para receber os quilombolas, mas, na verdade, é a área de onde eles estão sendo deslocados.

Dessa forma, o enunciador inclui as comunidades quilombolas entre as paisagens do passado e que representam o atraso, cuja modernização, tanto para os patrimônios como para o modo de vida dos quilombolas, está no CLA. Assim, esse enunciado faz funcionar o discurso da retórica colonial (MIGNOLO, 2017) que hierarquiza as culturas. A arquitetura colonial representa o antigo e a base espacial o lugar do novo, do moderno, uma forma de uma cidade atrasada adaptar-se aos novos tempos.

Nesse ano de 1987, famílias de 23 povoados foram compulsoriamente deslocadas e agrupadas em sete agrovilas. Indenizações prometidas não foram pagas, direito de posse desrespeitado, agrovilas foram criadas com lotes inferiores aos critérios definidores dos módulos rurais para a região. O que estava em jogo nesse processo de remoção era, principalmente, a solução do conflito para possibilitar a instalação do CLA, em uma troca desigual, na qual os quilombolas viram destruídas as bases do seu sistema comunitário.

Esse momento marca uma mudança na mobilização dos sujeitos afetados por esse projeto, dessa vez não apenas como trabalhadores rurais, mas também como remanescentes de quilombo que ocupam terras correspondentes a territorialidades específicas, após a aprovação do artigo 68 do ADCT, em 1988.

O processo de luta das comunidades negras de Alcântara pelo direito agrário ganhara destaque a partir do fortalecimento do Estado Democrático de Direito, com a Constituição Federal de 1988. Após as intensas lutas travadas nos anos 1980, as comunidades passam a lutar pelo título de posse das terras tradicionalmente ocupadas. Mesmo assim, a contradição entre o desenvolvimento científico e tecnológico e as comunidades tradicionais de Alcântara se estende pelo século XXI, pois não foram assinados os títulos de propriedade das comunidades, devido a conflitos de interesse (SOUZA FILHO; PAULA ANDRADE, 2020) alegados pela Aeronáutica.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território quilombola de Alcântara foi publicado no dia 4 de novembro de 2008, para que a população pudesse usufruir desse direito. Entretanto, foi constituída uma Câmara de Conciliação e Arbitragem da Adminis-

tração Federal (CCAF), sob alegação dos militares de que a área onde os quilombolas habitam são suas de direito. Após inúmeras reuniões dessa Câmara, jamais se concluiu uma decisão definitiva.

Passemos à última estratégia discursiva em torno desse conflito no jornal em questão, que consiste em falar de possíveis prejuízos acarretados caso não ocorra a ampliação do CLA. Após o reconhecimento oficial das áreas dos quilombolas, passa-se a atribuir uma possível perda desse projeto à “resistência quilombola” e ressaltar os prejuízos econômicos que isso acarretaria.

**Figura 4.** Alcântara pode perder projeto espacial.



**Fonte:** Jornal O Estado do Maranhão, 16 de janeiro de 2009, n16957, p. 5 (Geral)

Essa manchete mostra o posicionamento do jornal em favor do CLA, configurando-se como um espaço de eclosão da voz dos representantes dessa instituição. O subtítulo do enunciado confirma isso, ao reportar a fala do Diretor da parte brasileira da empresa Alcântara *Cyclone Space* (ACS), Roberto Amaral, segundo o qual “entraves podem inviabilizar projeto no Maranhão” (idem).

A empresa é um empreendimento binacional (Brasil/Ucrânia) e representa a expansão do Projeto Espacial Brasileiro, acordado com esse país após não celebrar parceria com os Estados Unidos da América (EUA). A continuação desse projeto estaria sendo ameaçada pelas dificuldades de conclusão dos estudos da fauna e flora nas áreas próximas do CLA, o qual teria sido imposto pelas comunidades quilombolas que não autorizaram a entrada da empresa.

Trata-se de estudos ambientais que a empresa deveria ter realizado antes de sua entrada nas áreas das comunidades, para que fossem medidos os impactos da sua implantação para as espécies animais, vegetais e com os humanos, mas que teriam sido realizadas apenas nas áreas do próprio CLA. Os consultores da empresa já estariam a par dos trabalhos a serem realizados, por determinação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Ministério Público Federal (MPF). O projeto seria reavaliado pela própria ACS, que poderia desistir de Alcântara como local de implantação de tal projeto, como consta na fala do diretor da empresa presente no enunciado:

Se a situação continuar como está, possivelmente o estado perderá o investimento. Os nossos problemas começaram em fevereiro do ano passado. Se continuarem, não temos como manter o projeto no Maranhão, pois a nossa função não é administrar uma polêmica com quilombolas. Estamos lutando com um atraso desnecessário.

Nossa missão é lançar foguetes e não ficar administrando outras questões, seja com quilombolas ou com o Ministério Público. Já restringimos nossa área a praticamente um

terço que previa o projeto original e não temos como ficar envolvidos nessas polêmicas. Caso a situação continue dessa forma, o Brasil terá que se explicar (O ESTADO DO MARANHÃO, 2009, p. 5).

O diretor da empresa minimiza os impactos ambientais e humanos por ver um risco ao investimento financeiro. O CLA teria um prazo para entrar operação até julho de 2010, com lançamento do foguete *Cyclone-4*, com possibilidade de não cumprimento do prazo se não fossem concluídos os estudos ambientais a tempo. O valor de cada foguete (US\$ 50 milhões) é destacado como estratégia discursiva para demonstrar o que o país está perdendo com o atraso e também se afirma que o Brasil terá que se explicar, já que a parceria foi feita em acordo internacional. Essas estratégias discursivas justificam a ampliação do empreendimento e a retirada dos quilombolas da área em litígio.

O diretor da ACS considera que essa polêmica teria se iniciado de forma concreta no dia 18 de fevereiro de 2008, quando as comunidades teriam entrado com Ação Civil Pública no MPF, “para garantir a permanência em povoados, inviabilizando a expansão do Programa Espacial Brasileiro”. Com a determinação da paralização das atividades de prospecção nas áreas quilombolas, o Ministro da Defesa Nelson Jobim autorizou a construção dos sítios para o projeto na área já ocupada pelo CLA. A empresa recorreu à Justiça Federal contra a Ação Civil Pública, tentando retomar as obras, recurso que foi negado. As comunidades se recusaram a participar de atividades de implementação socioambientais conduzidas pela ACS. A empresa estaria buscando destravar a expedição da licença ambiental prévia para retomar as obras de expansão do CLA.

Nesse enunciado, vemos a fotografia do Diretor da ACS, nas dependências do CLA. Ele aparece de perfil, falando. Ao fundo, duas bandeiras: uma do Maranhão e outra de Alcântara. Em cima da mesa, réplicas de foguetes em miniatura. Na legenda a frase “Amaral diz que as questões envolvendo quilombolas e Ministério Público atrasam o programa”. Essa imagem de Amaral faz ecoar as fotografias de chefes do poder executivo, geralmente presentes em órgãos públicos, bem como com as imagens desses chefes de órgãos executivos fazendo pronunciamentos oficiais em veículos de comunicação, configurando-se na materialização de que a retirada das comunidades das áreas a serem ocupadas pelo CLA é uma ação oficial do estado promovida pelo Ministério da Defesa.

Essas tensões agrárias envolvendo os quilombolas de Alcântara não chegaram ao fim. As pretensões expansionistas ainda são frequentes e as ameaças de desapropriação também. Em março de 2019 foi assinado um Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, entre o Brasil e os EUA para utilização do CLA, pelo qual poderão ser lançados foguetes, satélites e espaçonaves americanas a partir do CLA com pagamento.

Essa cooperação técnica poderá resultar em novos deslocamentos das populações quilombolas de Alcântara, em uma estimativa de cerca de 2 mil pessoas. Um AST já havia sido assinado em 2000, pelo então presidente, Fernando Henrique Cardoso, mas foi recusado no Congresso Nacional, sob alegação de ferir a soberania nacional, e arquivado por Lula em 2003. Nesse ano, o Brasil estabeleceu um acordo com a Ucrânia, que não teve êxito devido à explosão ocorrida no CLA nesse ano e aos conflitos fundiários. Em 2015, esse acordo foi cancelado, após um gasto aproximado de R\$ 1 bilhão.

No dia 26 de março de 2020, em plena pandemia causada pelo corona vírus, foi publicado a Resolução nº 11, pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, propondo remanejar 500 famílias do litoral de Alcântara, em uma área de 12.645 hectares, para servir ao CEA, declarado, agora, como de caráter civil. Essa ação visaria executar o processo de conciliação e solucionar esse impasse, mas trará novos prejuízos aos quilombolas, com a implantação de “corredores de acesso a mar”.

## Considerações Finais

Pelas discussões empreendidas, verificamos que o quilombola é discursivizado nas pági-

nas do jornal O Estado do Maranhão como uma presença indesejada no território que ocupa, um entrave ao desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do país, visto que esse jornal é um espaço de defesa do projeto espacial. Esse sujeito foi deslocado dos lugares onde realiza suas atividades de subsistência, em uma relação comunitária coletiva que, por não gerar lucros, não interessa ao sistema capitalista.

As referências aos sujeitos quilombolas nos primeiros enunciados analisadas ligam-no ao trabalho rural. A denominação “quilombola” emerge na mídia e mesmo entre alguns habitantes de comunidades quilombolas após a Constituição de 1988, na qual quilombo e quilombola são categorias oficiais para a concessão dos títulos de propriedades e outros direitos a essas populações.

A primeira identidade mobilizada pelos habitantes das comunidades quilombolas de Alcântara, nos anos de 1980, foi a de “atingidos pela base” (SOUZA FILHO; PAULA ANDRADE, 2020). Aos se organizarem em torno do STR desse município passam a ser discursivizados pela identidade de “trabalhadores rurais” e, posteriormente, com a aprovação do artigo 68 do ADCT, como “quilombolas”, agora uma categoria jurídica.

Podem-se sintetizar quatro estratégias mobilizadas pelo jornal para enunciar o conflito entre os quilombolas e o CLA, constituindo-se em jogos estratégicos (FOUCAULT, 2002; 2009). Primeiramente, mobiliza-se como estratégia destacar as vantagens da implantação do CLA, entre as quais as características geográficas de Alcântara. Em segundo lugar, há um apagamento da presença dos quilombolas das áreas em disputa. A terceira estratégia é tratar da restauração do patrimônio arquitetônico de Alcântara. Por fim, a última estratégia empregada é destacar os prejuízos que poderiam ocorrer com o embargo das obras de expansão desse centro de lançamentos.

## Referências

Alcântara, das ruínas à base espacial. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 18 jan. 1987. Geral, p. 12.

Alcântara e a tecnologia brasileira. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 21 nov. 1982, p. 7.

Alcântara pode perder projeto espacial. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 16 jan. 2009. Geral, p. 2.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico**. V. 1. Brasília: MMA – Ministério do Meio Ambiente, 2006.

\_\_\_\_\_. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008a.

\_\_\_\_\_. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: ALMEIDA, A. W. B. de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008b. p. 133-178.

ARAÚJO, A. R. A. de. Estado Novo e formação do estado capitalista nacional: consolidação das desigualdades no Maranhão. In: PICCOLO, M.; SULIDADE, M. da. **Maranhão Republicano em foco: estado, imprensa e historiografia**. São Luís: Editora Shalom/ EDUEMA, 2015. p. 23-45.

CAPELATO, M. H. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, L. de A. N.; FERREIRA, M. de M. (Org.) **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 299-315.

Cerca de 500 famílias podem ser remanejadas em Alcântara. **O Estado do Maranhão**, São Luís,

24 abr. 1983. Geral, p. 2.

FERREIRA, M. C. L. Análise do discurso no Brasil: notas à sua história. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. dos (Orgs.). **Percursos da Análise do Discurso no Brasil**. São Carlos, SP: Claraluz, 2007. p. 11-22.

FIEMA discute Centro Espacial de Alcântara e foca em tecnologia. **O Estado do Maranhão**. São Luís, 16 jul. 2020. Geral, Desenvolvimento, online. Disponível em: <https://imirante.com/oes-tadoma/noticias/2020/07/16/fiema-discute-centro-espacial-de-alcantara-e-foca-em-tecnologia/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. As técnicas de si. In: FOUCAULT, M. **Por uma vida não fascista**. Coletivo Sabotagem, [S. l.], 2004d. p. 78-105. Disponível em: [www.sabotagem.revolt.org](http://www.sabotagem.revolt.org). Acesso em: 17 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 231-249.

GOMES, F. dos S. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GREGOLIN, M. do R. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos**. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E. P. (Org.) [et al.]. **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 15-28.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 32, nº 94, 2017, p. 1-18.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. Introdução: uma história de liberdade. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 9-28.

SOUZA FILHO, Benedito; PAULA ANDRADE; Maristela de. **A dois graus do Equador: o Estado brasileiro contra os quilombolas de Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2020.